

TECNO-GÊNERO: HACKEANDO MODOS DE SUBJETIVAÇÃO NA SOCIEDADE DE CONTROLE TECNOGÊNERO

TECNO-GENDER: HACKING MODES OF SUBJECTIVATION IN THE CONTROL SOCIETY TECNOGENDER

Kaio Cesar Pacheco⁵⁴

Flávia Fernandes de Carvalhaes⁵⁵

RESUMO: Na atualidade, a intensa circulação de aparatos tecnológicos no cotidiano da população interfere na produção de modos plurais de existência e perspectivas ficcionais de realidade. Partindo dessa premissa, bem como da perspectiva da pesquisa qualitativa, este estudo teórico analisa parte dos impactos dos avanços tecnológicos sobre o sistema de sexo-gênero. O texto se divide em dois momentos. Inicialmente, debate-se sobre mecanismos de funcionamento da sociedade de controle, compreendendo como o sistema de poder-saber vem se atualizando em tecnologias presentes na sociedade contemporânea. Na continuidade, engendra-se uma localização histórica e analítica do surgimento e evolução da *internet* e como este dispositivo tecnológico interfere na produção de perspectivas plurais de gêneros. Conclui-se, provisoriamente, situando a importância das tecnologias de comunicação na produção de novos regimes de subjetivação e controle, desestabilizando análises que reificam estes como expressões individuais e naturais.

Palavras chaves: Sociedade de controle; processos de subjetivação; tecnologia de gênero;

Abstract: Currently, the intense circulation of technological devices in people's daily lives interferes with the production of plural modes of existence and fictional perspectives of reality. Based on this premise, as well as the perspective of qualitative research, this theoretical study analyzes some of the impacts of technological advances on the sex-gender system. The text is divided into two parts. Initially, the functioning mechanisms of the control society are discussed, understanding how the power-knowledge system has been updated in technologies present in contemporary society. In continuation, a historical and analytical location of the emergence and evolution of the internet is generated and how this technological device interferes with the production of plural gender perspectives. It is provisionally concluded by situating the importance of communication technologies in the production of new regimes of subjectivation and control, destabilizing analyses that reify them as individual and natural expressions.

Keywords: Control society; subjectivation processes; gender technology;

CONEXÕES INICIAIS

Neste estudo teórico analisamos transformações ocorridas no mundo capitalista a partir do XX e que culminaram em uma sociedade de controle (Deleuze, 1992). Pretendemos compreender, ainda que parcialmente, impactos dos avanços tecnológicos globais de comunicação no sistema de sexo-gênero, gerando estratégias de controle e subjetivação, mas também resistências às noções normativas. Destaca-se, ainda, a problematização de conteúdos publicados em mídias sociais brasileiras como um modo de elucidar o debate proposto.

54 UEL. <https://orcid.org/0000-0002-3433-3466>

55 UEL. <https://orcid.org/0000-0003-1879-7989>

Para tanto, sustentamos um diálogo com a perspectiva conceitual de processos de subjetivação, que se produzem nos “encontros intensivos com o outro” (Mansano, 2009, p.116). Este outro, situado como social, se articula nas relações entre os/as sujeitos, nas vivências que se engendram na vida em sociedade, nos encontros com múltiplos componentes que interferem nesta produção como discursos, relações institucionais, tecnologias, entre outros exemplos.

O texto se divide em dois momentos. Inicialmente, debatemos, sobretudo a partir do diálogo com Gilles Deleuze (1992) e Sonia Regina Vargas Mansano (2009), mecanismos de funcionamento da sociedade de controle, compreendendo como o sistema de poder-saber vem se atualizando em tecnologias presentes na sociedade contemporânea. Na continuidade, dialogando mais especificamente com a pesquisadora Tereza de Lauretis (1994) e sua análise sobre tecnologias de gênero, bem como com as problematizações de Paul Preciado (2008) sobre a sociedade farmacopornográfica e

Paula Sibilia (2015) sobre o homem pós-orgânico, articulamos uma localização histórica do surgimento e evolução da *internet* e uma breve análise de como este dispositivo tecnológico interfere na produção de perspectivas plurais de gêneros.

DISCIPLINA, CONTROLE E A MATRIX: CABEAMENTOS HISTÓRICOS

As produções audiovisuais do século XXI tomaram uma proporção nunca antes vista na história da humanidade. Os principais filmes, por exemplo, estão mais restritos ao norte global, especificamente nos Estados Unidos, que move um mercado bilionário ao divulgar e reproduzir suas produções cinematográficas. Ainda que muitas obras de *Hollywood* tenham o pretexto neoliberal de gerar lucro, há também criações que articulam perspectivas artísticas e críticas, possibilitando tensionamentos neste cenário.

Assistimos um filme recentemente, conhecido como *Matrix Resurrections* (2021), continuação de sua conhecida trilogia e que teve um impacto significativo na cultura popular e nas produções cinematográficas, por conta de seu estilo único e de sua inovação. O primeiro filme foi lançado em 1999, dirigido pelas irmãs Lana e Lilly Wachowski. Segundo as diretoras, o filme é uma alegoria às pessoas trans, pois o personagem principal, Neo, não aceita o nome que lhe é imposto e muito menos a condição em que vive, sendo que seus questionamentos assumem novas configurações quando ele passa a ter pesadelos em que está conectado por cabos a um imenso sistema de computadores que cria uma realidade virtual de quase toda a humanidade (Diretora de “Matrix” diz que longa é metáfora sobre aceitação e transição de gênero, 2020, 9 de agosto).

No enredo do filme, Neo é apresentado a personagens misteriosos, incluindo Morpheus e Trinity, que revelam a ele a realidade por trás de seus pesadelos. Eles explicam que o mundo em que vivemos é uma simulação manipulada por uma inteligência artificial chamada de Matrix. Como um sistema de computador, a Matrix está organizada a partir de códigos binários, como, por exemplo, os pares homem/ mulher e masculino/feminino que são ficcionalizados como naturais. Nesta perspectiva, os

agentes de controle que aparecem no filme representam a LGBTfobia e as perseguições da sociedade às configurações existenciais localizadas como desviantes, sendo que Neo e outros personagens são perseguidos por estes agentes por serem considerados ameaças ao sistema.

A transição para condição de perseguido acontece quando Tomas A. Anderson reivindica se auto nomear, postura que reivindica para si e que é representada no filme pela escolha do novo nome, Neo. Os mecanismos de controle da *Matrix* responsáveis pela manutenção da ordem tomam a forma do agente Smith, um programa criado para perseguir e deter possibilidades de escape e subversão de modos de existência dissidentes às lógicas binárias. É evidente a racionalidade de controle que o agente Smith faz circular no filme, pois mesmo após Neo afirmar seu modo de nomeação, continua a ser chamado de Sr. Anderson, o que não é diferente da transfobia que se materializa quando uma mulher trans tem tatuado em sua testa o pronome “ela” e continuam a chamá-la de “ele”.

Assumindo uma outra narrativa sobre si, Neo experimenta modos de resistir ao controle dessas máquinas, mas, para tanto, terá que lidar com sistemas contínuos de vigilância empreendidos no filme pelas máquinas que tudo veem e tudo sabem, em uma alusão ao controle panóptico. No decorrer da trama, Neo é interpelado a fazer uma escolha entre duas pílulas, uma (azul) em que simplesmente ele aceitaria a realidade virtual e voltaria a ter uma vida “normal” ou a pílula (vermelha) em que poderia retornar a *Matrix* ciente da manipulação que as máquinas exercem sobre os seres humanos, tendo a oportunidade de resistir ao controle.

A trilogia *Matrix* suscita reflexões e críticas diversas sobre “políticas trans, criptofascismo, uma metáfora da exploração capitalista” (Wachowski, 2021). Importante considerar, ainda, as condições que possibilitaram que esses filmes tenham sido criados e roteirizados, ou seja, o cenário da revolução tecnológica que marcaram o final do século XX e a disseminação da internet e das máquinas de uso pessoal, conectando os sujeitos a uma rede global estruturada e descentralizada que conhecemos como World Wide Web (WWW). Os filmes *Matrix* nos revelam, portanto, modalidades de poder e vigilância que emergem e se expandem a partir da metade do século XX, configurando o que conhecemos como sociedade de controle (Deleuze, 1992). Esta perspectiva de sociedade engendra novas formas de vigilância e controle que vêm se disseminando principalmente a partir do fim da segunda guerra mundial, período demarcado por uma crise das instituições disciplinares como a prisão, o hospital, o exército e a escola.

Novos dispositivos se produzem e se articulam na sociedade de controle, circuitos múltiplos e diversificados, pois diferentes corpos exigem meios diversificados de serem controlados. Se a sociedade disciplinar operava principalmente por meio de espaços fechados, instituições bem regulamentadas e vigiadas, com a crise desse sistema e a transição para a sociedade atual, há a necessidade de articular redes de vigilância disseminadas por toda a parte e de modo incessante. Logo, os confinamentos em espaços fechados, ligados à sociedade disciplinar, funcionam como moldes rígidos, porém, quando observamos a lógica que constitui a sociedade atual, notamos modulações nas dinâmicas de controle, desestabilizando o caráter inflexível da lógica disciplinar.

Em uma análise sobre o contemporâneo, Mansano (2009) ressalta que novas redes de controle são articuladas, otimizando a circulação de informação em um estado mais livre, sem necessariamente estarem ligadas a instituições disciplinares. Sobre essas novas modalidades de poder, Deleuze (1992) analisa que também outras maneiras de viver são moduladas, atravessando os processos de subjetivação e de socialização que se desenham nas últimas décadas. Assim, se o indivíduo disciplinado era um produtor descontínuo de energia, na medida em que perpassava as várias instituições, vivenciando diferentes papéis sociais e assumindo identidades supostamente fixas, o sujeito que se engendra na racionalidade do controle se constitui e se manifesta em um sistema aberto, fluído em uma energia ondulatória, que funciona orbitalmente, como um feixe contínuo de luz, sendo que assim transita pelas mais diversas instituições, mas sem encará-las de fato, pois agora há uma continuidade e fluidez dos mecanismos de controle.

Na lógica disciplinar, por exemplo, a fábrica funcionava como um corpo que tentava equilibrar suas forças internas, obtendo a mais alta produtividade com o mais baixo salário. Com a emergência das forças pautadas na lógica do controle, a fábrica passa a ser representada pela empresa, que se esforça para impor uma maior modulação de cada salário, criando desafios, se organizando em um estado de contínua metaestabilidade, se apropriando de processos seletivos, concursos, seminários e formações. Estratégias de controle que a empresa faz circular se materializam, por exemplo, em programas que prometem garantir a qualidade de vida do trabalhador, por meio da oferta de jogos para períodos supostamente ociosos, lugares alternativos para este produzir de forma mais eficiente e se vincular afetivamente ao ambiente empresarial, bem como a disseminação do princípio do salário por mérito, que acirra relações de rivalidades e competitividades entre os trabalhadores (Deleuze, 1992 p.221). Nesta conjuntura, destacam-se também os modelos educacionais que têm se modificado e atualizado constantemente nos últimos anos. Diferente de uma perspectiva de escola que fazia parte da trajetória de uma parte da população em um período delimitado da vida, entra em cena a premissa da formação continuada, que não cessa de requerer aos indivíduos que estudem, se atualizem e obtenham continuamente novos conhecimentos, tanto para acompanhar as inovações científicas e tecnológicas vigentes, como para se manter atualizado no mundo do trabalho, assimilando as mutações do sistema capitalista que, apesar das constantes e evidentes crises, não cessa de se expandir por todo o globo. Logo, na sociedade de controle não se termina nada, pois a empresa e a formação permanente vão modulando os sujeitos que se inserem em estados metaestáveis e coexistentes (Deleuze, 1992).

Deleuze (1992) nos relembra que na sociedade de soberania que precedeu a disciplinar, as máquinas manejadas eram simples, como alavancas, roldanas, relógios e etc. Já na sociedade disciplinar, as máquinas se complexificaram, se constituindo de equipamentos à base de energia elétrica, como os maquinários utilizados nas indústrias de produção de larga escala. Na sociedade de controle, nos deparamos com outros tipos de máquinas relacionadas à informática, computadores e celulares, além da descoberta e manipulação da nanotecnologia, que possibilitou o avanço e produção de equipamentos em nano escala, contribuindo para áreas da medicina, indústria farmacêutica, ciência da computação, engenharia e etc.

Logo, as revoluções tecnológicas que têm acompanhado a sociedade disciplinar e de controle têm se manifestado como expressões das mutações profundas do sistema capitalista. Na contemporaneidade, as redes de informação ganham mais poder e eficiência, afetando as subjetividades dos sujeitos, permitindo que estes saiam de uma condição dócil e obediente para uma condição de participação ativa, em uma rede ampla e complexa de poder (Mansano, 2009). Assim, nas últimas décadas circulam uma diversidade de aparatos tecnológicos, como as TVs e celulares que estão nos lares de muitas famílias e indivíduos ao redor do mundo, entre outros dispositivos tecnológicos que tiveram um exponencial crescimento e acesso à população brasileira, como demonstrou uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas em 2020, que constatou que havia cerca de 424 milhões de dispositivos digitais em uso, como computadores, tablets e *smartphones* (Brasil tem 424 milhões de dispositivos digitais em uso, 2020, 29 de Janeiro).

Enquanto escrevemos este artigo e você lê estas palavras, estamos sendo constantemente atravessados, vigiados e controlados por diversos aparatos. É como se apresenta no filme *Matrix*, onde uma série de dispositivos estão conectados em uma rede invisível com o intuito de controlar as pessoas e servir como uma extensão dos corpos biológicos, como próteses tecnológicas. O computador em que trabalhamos ou lemos este texto, por exemplo, está conectado a uma rede sem fio chamada *Wi-Fi*, que envia e recebe informações através de um *modem* e uma série de cabos conectados a centrais menores, municipais, nacionais e internacionais, localizadas em grandes centros urbanos. Essas centrais são protegidas e contêm um número imenso de máquinas informatizadas que trabalham incessantemente, por meio de fluxos energéticos e de códigos binários que traduzem e codificam as solicitações que fazemos em nossos dispositivos. Todas essas conexões nos ligam a uma rede ampla que conhecemos como *internet*, que tem produzido com eficiência modos de existência capitalísticos em larga escala.

Nos processos de produção da subjetividade, destacamos nesta investigação a importância dos aparatos tecnológicos que operam também na articulação de perspectivas plurais de gênero, sendo que De Lauretis (1994) as nomeiam como “tecnologias de gênero”. Destacamos, sobretudo, as redes sociais como tecnologias que, na atualidade, produzem e fazem circular noções tradicionais e dissidentes de gênero, sendo os discursos de ódio, por exemplo, elementos presentes nessa construção, estando, de modo mais evidente, relacionados a configurações existências LGBTQIA+ que são localizadas nos regimes heteronormativos de enunciação como desviantes, abjetas e anormais. Articulamos este debate no próximo subtópico, tendo como analisador principal as redes sociais.

TECNOLOGIAS DE GÊNERO: CIRCUITOS DE CONTROLE E DISSIDÊNCIAS CIBERNÉTICAS

Assim como analisado anteriormente, a sociedade de controle se configura como campo para a emergência de modos de subjetivação. Se a sociedade disciplinar se sustentava

na produção de corpos dóceis, úteis e obedientes, na contemporaneidade a expansão e especificação das tecnologias operam na produção de um sujeito ativo, que interage, que concorda com os termos de uso dos *sites*, aplicativos e redes sociais, que permite ser escutado, investigado e assim atravessado pelo controle em um nível nunca antes visto.

Um programa televisivo de grande sucesso e adesão ao público brasileiro, conhecido como BBB (*Big Brother Brasil*), por exemplo, escancara o prisma da sociedade de controle, em que pessoas selecionadas decidem compartilhar um espaço de confinamento vigiadas por diversas câmeras por alguns meses. Deste modo, o cotidiano é observado e avaliado por telespectadores/as supostamente anônimos, como as mínimas variações de humor, as contradições nas relações interpessoais, os momentos de descanso, a hora de tomar banho, os batimentos cardíacos são monitorados, nos revelando aspectos íntimos de cada “*brother e sister*” do programa.

Os *reality shows* funcionam a partir de dinâmicas de entretenimento pautados na lógica do controle, mobilizando uma grande massa de espectadores/as que encontram prazer em vigiar, julgar, torcer, vencer. Tais programas operam também na demarcação de modos de existência que são publicizados como “normais” e adequados ou como desviantes e condenáveis. Discursos e imagens que circulam nesses dispositivos, por exemplo, contribuem para a (re)produção e desestabilização de noções estereotipadas de masculinidade e feminilidade, como, por exemplo, a presença na edição do BBB de 2022 da cantora trans Linn da Quebrada, que gerou disputas de narrativas (conservadoras e ativistas) sobre transexualidade no Brasil, em destaque nas redes sociais.

Logo, a partir da premissa da heterossexualidade como modo “normal” de subjetivação, consideramos que o sistema de sexo-gênero se articula em meio a um conjunto de representações que se materializam em discursos, enunciados, convenções, normas, práticas, aparatos biomédicos, jurídicos e, em destaque neste artigo, tecnológicos (De Lauretis, 1994). Foi o diálogo com parte da obra de Foucault (2012) que nos possibilitou pensar a sexualidade como dispositivo, ou seja, como produção de um certo número de tecnologias sociais e aparatos biomédicos. Contudo, a análise crítica do filósofo não se aprofundou em um debate sobre questões mais específicas de gênero, ou seja, sobre modos diferenciados de sujeitos situados como femininos e masculinos existirem, bem como sobre os investimentos conflitantes entre homens e mulheres nos discursos e práticas que compõem o dispositivo da sexualidade.

Teresa de Lauretis (1994) complexifica este debate ao analisar noções de gênero como representações produzidas em meio a discursos, epistemologias, práticas institucionalizadas e da vida cotidiana e diversas tecnologias sociais, como, por exemplo, o cinema. A autora afirma que configurações de gênero não existem a priori nos seres humanos, como expressões de uma suposta natureza, mas sinaliza uma perspectiva processual que se articula nas relações sociais por meio de uma complexa rede tecnológica e política. Para a autora, perspectivas de gênero se engendram, mais especificamente, em meio a discursos e imagens que circulam nas mídias, nas escolas, nos tribunais, nas relações familiares, em práticas artísticas e científicas, entre outros exemplos, sendo este processo constituído também pelas ideologias e teorias que

circulam na vida em sociedade. Ao situar os processos de construção de perspectivas representacionais de gênero, De Lauretis destaca em sua análise, ainda, maneiras como a arte e a cultura funcionam como registros constituintes dessas composições.

Assim, tendo em vista os impactos das tecnologias audiovisuais e medicamentosas nos processos de subjetivação, Preciado (2008) analisa modos de gestão da sexualidade e dos gêneros que se articulam no tecnocapitalismo. Nomeando a sociedade atual como farmacopornográfica, o autor situa efeitos da transição da sociedade disciplinar para a sociedades de controle no dispositivo da sexualidade:

Si en el sistema disciplinario decimonónico, el sexo era natural, definitivo, intransferible y trascendental; el género aparece ahora como sintético, maleable, variable, susceptible de ser transferido, imitado, producido y reproducido técnicamente (p.82).

De modo que no capitalismo contemporâneo, Preciado evidencia tecnologias de normalização que circulam na vida em sociedade e que se materializam em estratégias de propagação e/ou desestabilização do sistema de sexo-gênero heteronormativo. Em diálogo com Butler (2020), analisamos que a matriz (ou matrix) heterossexual se apresenta como um contrato social, um regime político de regulação da vida, de maneira que este sistema pronuncia que modos “normais” de subjetivação mantêm, necessariamente, uma linearidade causal entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Assim, o pênis é necessariamente vinculado à masculinidade de um homem que exerce a heterossexualidade situada como ativa e superior. Em relação a mulher, a vagina se vincula a uma noção de feminilidade representada como inferior/submissa/passiva.

Nesta matriz de inteligibilidade, é evidente que há uma “multidão” de corpos (e modos de existência) que sofrem de modos mais evidentes os efeitos desse poder, que são aqueles/as considerados desviantes, ainda que parcialmente, de configurações heterocentradas, sendo cotidianamente hostilizados. Partimos, portanto, da consideração de que perspectivas normativas de gênero operam também em conluio a lógicas extrativistas, amplamente presentes, por exemplos, nas redes sociais e que estão materializadas em críticas, julgamentos, discursos de ódio, entre outras expressões de violência que afetam as trajetórias de pessoas LGBTQIA+ e outras configurações de vida localizadas socialmente como anormais.

Tais construtos ficcionais estabelecem e “justificam” uma série de (im)possibilidades de acesso e circulação de homens e mulheres na vida em sociedade. Assim, modos de vida considerados “adequados”, “sensatos”, “civilizados” e “naturais” em relação a homens e mulheres estão, impreterivelmente, imbricados à práticas discursivas que operam em conluio a sistemas políticos, científicos, jurídicos, morais e tecnológicos (Butler, 2000).

Nesta perspectiva, Sibilia (2015, p.72) também se refere ao “homem pós- orgânico” como uma nova perspectiva do ser humano, engendrado pelos discursos que circulam nos meios de comunicação, das ciências e das artes. Com as drásticas transformações dos últimos anos, principalmente com o advento da *internet* e do mundo virtual e todas as suas possibilidades, emerge uma noção de homem pós-orgânico que abarca o próprio movimento do ser de um lado, e de outro as operações humanas de utilizar,

imitar e ampliar o escopo das capacidades e experiências do corpo. Deste modo, há uma noção orgânica do ser humano, mas também um âmbito artificial e/ou aquele que é recriado ou potencializado por meio da engenharia genética, dos avanços científicos e das novas tecnologias.

A partir do diálogo com De Lauretis, Preciado e Sibilia, portanto, situamos as redes sociais presentes na atualidade como “tecnologias” que produzem, de modos intensivos e disseminados, perspectivas tradicionais e/ou dissidentes de gênero. Nesta conjuntura, destacamos, por exemplo, discursos de ódio que circulam nas redes sociais e que estão direcionados a configurações existenciais localizadas na ordem social como desviantes e anormais, como as homossexualidades, sobretudo a transexualidade, como indicado no dossiê publicado pela Associação Nacional de travestis e transexuais do Brasil (Benevides & Nogueira, 2020).

O uso massivo das redes sociais por parte da sociedade é bem recente, quase 30 anos separam o início do uso da *internet* em nível comercial, sendo que o uso da *internet* em escala global possibilitou à sociedade avanços inimagináveis, como o compartilhamento de informações de maneiras rápidas e disseminadas e ao alcance de regiões que antes eram mais isoladas, interferindo no cotidiano na produção de novas maneiras de educar, trabalhar, sentir e se relacionar.

Porém, apesar de inúmeros pontos positivos, a *internet* também permitiu a emergência e expansão de maneiras sofisticadas de controle, ao nível íntimo, ininterrupto e nunca antes visto. Atualmente, graças à *internet* e às tecnologias coordenadas por satélites é possível saber a localização quase exata das pessoas, bem como os padrões de consumo, preferências, desejos e comportamentos da população. Os cliques e acessos são monitorados, grande parte dos modos de vida registrados, catalogados, de modo que os algoritmos e cálculos matemáticos quase conseguem nos antecipar qual o próximo produto que será comprado, qual livro será escolhido, que curso será realizado, qual pessoa iremos nos relacionar (Sibilia, 2015).

Com a *internet* e a criação do que conhecemos como redes sociais, sendo hoje utilizados em larga escala a exemplo do *Instagram*, *Twitter*, *Facebook* e *Tiktok*, há agora modos diferenciados de fazer circular os discursos. As redes foram planejadas para que os sujeitos passassem uma boa parte do dia as utilizando, em casa, no trabalho, nas viagens, entre outros lugares e momentos. Como uma prática rotineira e viciante, as redes sociais vão se configurando como elementos constituintes dos processos de subjetivação de grande parte da população mundial, que se articulam rolando *feed*, assistindo *stories*, atualizando constantemente as páginas em busca de novos *posts*, imagens, vídeos, *memes*, danças e outras tantas possibilidades.

Partimos do pressuposto de que ainda que haja nas redes sociais a circulação de discursos e imagens que implicam na construção de modos de gênero tradicionais e em consonância a configurações normativas, estes aparatos também engendram processos de desestabilização e desconstrução dessas produções, pois noções de gênero irrompem no real, não apenas a partir de processos que implicam na afirmação de determinadas representações conservadoras, mas também por meio de discursos e imagens que

desestabilizam a ordem posta, como desvios em potencial (De Lauretis, 1994). De certa forma, as redes sociais contribuem, por exemplo, para que nem todo discurso possa ser interditado previamente, pois através dessas há uma confluência de figuras, textos e comentários que são postadas em alta velocidade e que afirmam e/ou desestabilizam, ainda que parcialmente, o sistema de sexo-gênero, gerando efeitos diversos, como, por exemplos, a evidência de manifestações de ódio a população LGBTQIA+, mas também a visibilidade de expressões de vida dissidentes que são sistematicamente silenciadas e invisibilizadas no cotidiano.

Para elucidar esta análise destacamos um caso recente que circulou nas redes sociais e influenciou uma resposta física no local que aconteceu. Diz respeito a um episódio ocorrido em novembro do ano de 2021, quando uma rede de *fast food* decidiu inaugurar um banheiro multigênero, onde qualquer pessoa, independente de sua configuração de gênero, pudesse frequentar. Uma moradora do local se revoltou ao se deparar com tal situação, gravou um vídeo e postou nas redes sociais, sendo que este rapidamente viralizou e se tornou um dos assuntos mais comentados do *Twitter*. No vídeo a mulher diz: *“Eu não admito isso na minha cidade. Não quero usar banheiro com homem, sou contra isso. Quero que todos vigiem. É um absurdo. Criança usa o mesmo banheiro. É o comunismo na cidade de Bauru”* (Banheiro multigênero entenda o que a lei diz. 2021, 24 de novembro).

O episódio relatado é apenas um de muitos casos que circulam nas redes sociais em que há comoção de uma parcela de população que empreende estratégias de controle e vigilância de perspectivas de sexo e gênero dissonantes, situando-as como perigosas, como aquelas que supostamente ameaçam a família tradicional brasileira e a ordem social. Nota-se em suas palavras tons de ameaça, como se usar um banheiro multigênero ferisse um princípio de segurança, afinal, crianças estariam em perigo em meio a “comunistas” que embaralham noções “naturais” de gênero. A mobilização foi tão intensa que dois vereadores incomodados com a situação (e interessados na autopromoção política) foram até o local averiguar o acontecimento e postaram em suas redes sociais que iriam protocolar projeto de lei que proibisse os banheiros multigêneros, pois estes confundiriam as crianças e colocaria em risco a vida de mulheres. A então prefeita da cidade de Bauru, Suéllen Rosin, anunciou uma sanção ao estabelecimento por descumprir normas sanitárias (Prefeita de Bauru anuncia autuação de McDonald’s por banheiros multigênero, 2021, 21 de novembro), o que demonstra a importância das redes sociais no cenário político.

Pode-se notar que a premissa de risco associada a configurações dissonantes a ordem de gênero, implicam em discursos de ódio nas redes sociais brasileiras, como, por exemplo, as expressões de descontentamentos e preconceitos de parcelas significativas da população. Em 2020, o presidente da república da época sinalizou também em sua rede social que seu governo enviaria um projeto de lei para impedir o ensino de ideologia de gênero nas escolas (Desideri, 2020), pauta que foi utilizada amplamente durante as eleições de 2018 como estratégia para criar um efeito de medo em setores conservadores da sociedade e também um modo de combater o ativismo LGBTQIA+ no âmbito da educação, ao situar reiteradamente a reivindicação desses direitos como expressão de risco a sociedade e, principalmente, as crianças.

Os efeitos nocivos dos discursos que circulam nas redes sociais são notáveis. Recentemente, a professora e vereadora transgênero mais votada da história de Belo Horizonte, Duda Salabert, sofreu uma série de ameaças em suas redes sociais, sendo que ela relatou que perdeu o cargo de professora na escola em que lecionava em 2021, pois enviaram *e-mails* para a instituição ameaçando transformar o local em um “mar de sangue” caso a professora continuasse dando aula. Neste ano, Duda relata que continua recebendo *e-mails* de ameaças com frases indigestas como: “*Perder seu emprego foi só o começo, na próxima vez você vai perder sua vida*” (D. Salabert, comunicação pessoal, 2022).

Contudo, ameaças como as assinaladas acima também implicam em movimentos de resistência, como o fato de a vereadora Duda Salabert ser a mais votada da história de BH e possuir atualmente cerca de 182 mil seguidores em sua página na rede social *Instagram*. A vereadora também utiliza de sua influência para se candidatar a deputada federal, debater sobre o veganismo, além de divulgar conquistas de seu mandato e de projetos sociais que realiza na cidade.

Há diversos exemplos de pessoas LGBTQIA+ que usam as redes sociais como canais de expressão e luta por direitos, reivindicando que seus corpos e pautas ocupem espaços sociais e virtuais e que sejam vistos e respeitados. Outras pessoas LGBTQIA+ têm tido visibilidade na música brasileira e ao redor do mundo, no âmbito da educação, nas ciências, na política, nas artes, nas mídias, filmes, séries, novelas e etc. Corpos que engendram modos plurais e estratégicos de resistência, como no movimento articulado no filme *Matrix 4*, que mesmo em um ambiente simulado e aperfeiçoado para controlar minuciosamente os corpos, há sempre possibilidades de escape dos controles das máquinas e do cis-tema que insiste de modo reiterado em tentar oprimir corporalidades e modos de existência considerados desviantes e anormais.

CABEAMENTOS PROVISÓRIOS

Ao analisar perspectivas de gênero como produções interseccionadas às tecnologias globais de comunicação, sobretudo as que emergiram desde a segunda metade do século XX, tensionamos noções binárias modernas circunscritas em torno de categorias binárias e classificatórias como sujeito e objeto, natural e artificial. Tal perspectiva desloca o eixo de análise das produções subjetivas atuais, à medida que estas não são vistas como expressões individuais e naturais, mas sim como composições que se produzem nas relações societárias, em destaque neste artigo nas relações tecnológicas.

As tecnologias invadem o cotidiano e se difundem em estilos de vida, implicando novos regimes de subjetivação e controle. Tais transformações impactam e tensionam nossos corpos, nos convocando a nos deparar com modos de existência que se articulam no encontro com elementos díspares que se presentificam no cotidiano. Logo, a análise de conteúdos veiculadas em aparatos tecnológicos como a *internet*, evidencia, por exemplo, que a aceitação e/ou rejeição de determinados modos de vida está, necessariamente, associada a prerrogativas políticas.

Destaca-se, por fim, que a problematização de parte dos impactos de tecnologias no sistema de sexo-gênero, possibilita reflexões sobre modos de subjetivação que se desenham nos dias atuais e que acontecem em meio a um conjunto de arranjos sociais, culturais, políticos e tecnológicos que interpelam diariamente a população. Logo, considerar os processos de constituição de perspectivas de gênero como eminentemente relacionais, articula um modo de traçar análises que se pretendem parciais e localizadas, bem como apreender dimensões políticas e tecnológicas com que noções múltiplas de masculinidade e feminilidade se produzem e desfazem no cotidiano.

REFERÊNCIAS

Banheiro multigênero: entenda o que diz a lei. (2021, 24 de novembro). G1, Globo.

Recuperado de <https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2021/11/24/multigenero-o-que-diz-a-lei-sobre-banheiros-unissex.ghtml>.

Benevides, B. G., & Nogueira, S. N. B. (2021). Assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE. <https://antrabrasil.org/assassinatos/>.

Brasil tem 424 milhões de dispositivos digitais em uso, revela a 31ª pesquisa anual do FGVcia. (2020, 29 de janeiro). Fundação Getúlio Vargas. Recuperado de [https:// portal.fgv.br/noticias/brasil-tem-424-milhoes-dispositivos-digitais-uso-](https://portal.fgv.br/noticias/brasil-tem-424-milhoes-dispositivos-digitais-uso-revela-31a-pesquisa-anual-fgvcia)

[revela-31a-pesquisa-anual-fgvcia](https://portal.fgv.br/noticias/brasil-tem-424-milhoes-dispositivos-digitais-uso-revela-31a-pesquisa-anual-fgvcia).

Butler, J. (2000). *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (pp. 155-186). Rio de Janeiro: Vozes.

Butler, J. (2020). *Corpos Que Importam: os limites discursivos do “sexo”*. n-1 edições.

Diretora de “Matrix” diz que longa é metáfora sobre aceitação e transição de gênero. (2020, 25 de agosto). Folha de São Paulo. Recuperado de [https:// f5.folha.uol.com.br/cinema-e-series/2020/08/diretora-de-matrix-diz-que-longa-e-metaphora-sobre-aceitacao-e-transicao-de-genero.shtml](https://f5.folha.uol.com.br/cinema-e-series/2020/08/diretora-de-matrix-diz-que-longa-e-metaphora-sobre-aceitacao-e-transicao-de-genero.shtml).

Desideri, L. (2020, 20 de julho). Bolsonaro quer lei contra ideologia de gênero. E não é o único. Veja como está a batalha no Congresso. Gazeta do Povo. Recuperado de <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/ideologia-de-genero-lei-bolsonaro-congresso/>.

De Lauretis, T. (1996). La tecnología del género. revista Mora, 2(1), 6-34.

Deleuze, G. (1992). Conversações. São Paulo: Editora 34.

Duda Salabert [@duda_salabert]. (2022, Agosto 1). Recebi outra ameaça de morte do grupo neonazista que frequenta fóruns e ambientes virtuais [Foto]. Instagram.

Recuperado de <https://www.instagram.com/p/Cgt3vVkuBU8/>.

Foucault, M. (2006). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.

Mansano, S. R. V. (2009). Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. *Revista de Psicologia da UNESP*, 8(2), 157-170.

Prefeita de Bauru anuncia autuação de McDonald's por banheiros multigênero. (2021, 21 de novembro). *Correio Brasiliense*. Recuperado de [https:// www.correiobrasiliense.com.br/brasil/2021/11/4963173-bolsonarista-prefeita-de-bauru-diz-que-mcdonald-s-foi-autuado-por-banheiros-multigenero.html](https://www.correiobrasiliense.com.br/brasil/2021/11/4963173-bolsonarista-prefeita-de-bauru-diz-que-mcdonald-s-foi-autuado-por-banheiros-multigenero.html).

Preciado, P. B. (2020). *Testo yonqui*. Anagrama.

Sibilia, P. (2015). *O homem pós-orgânico: corpo, subjetividade e tecnologias digitais* (2a ed.). Rio de Janeiro: Contraponto.

Wachowski, L. (Director). (2021). *The Matrix Resurrections* [Filme]. U.S.A.: Warner.